

SUMÁRIO

PARTE I FUNDAMENTOS DO ACESSO À JUSTIÇA

1

O DISTANCIAMENTO GEOGRÁFICO NA CIDADE DO RECIFE COMO FATOR LIMITADOR DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA	21
--	-----------

Christiane Teixeira Gomes Santos

1. Introdução.....	22
2. O fator geográfico e o acesso à justiça.....	23
3. O desafio geográfico social da cidade do Recife.....	25
3.1. Os desafios para alcançar todos os cidadãos.....	27
4. A compatibilização do acesso à justiça.....	29
5. Conclusão.....	34
Referências	34

2

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DA AUTOCOMPOSIÇÃO	37
--	-----------

Dara Maria da Silva Lima

1. Introdução.....	37
2. Justiça multiportas e a democratização do acesso à justiça por meio da mediação e conciliação: uma breve apresentação	39
3. A cultura do litígio e a dinâmica estrutural do conflito	43
4. A instrumentalização da autocomposição como garantia de equidade no acesso à justiça.....	46
Considerações finais.....	48
Referências	50

3

O PAPEL DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA NO PROCESSO DE RES-SIGNIFICAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: INCENTIVOS À ME-DIAÇÃO E À CONCILIAÇÃO 51

Isabela Cavalcante Santos

Marcela Cardoso Linhares Oliveira Lima

1. Introdução	51
2. O acesso à justiça no ordenamento jurídico brasileiro	53
3. As ondas renovatórias de acesso à justiça	57
4. A primeira onda de acesso à justiça e o modelo brasileiro	61
5. A leitura da terceira onda renovatória a partir do diálogo com a assistência jurídica gratuita: incentivos à mediação e à conciliação	63
6. Considerações finais	66
Referências	68

4

ESPECIALIZAÇÃO PROCEDIMENTAL A SERVIÇO DO DIREI-TO FUNDAMENTAL DO ACESSO À JUSTIÇA: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS..... 69

Vitor Albuquerque

1. Introdução	69
2. Dimensionamento e vinculação do direito fundamental do acesso à justiça	71
3. Justificação dos procedimentos especiais pelo acesso à justiça	78
4. Juizados especiais cíveis vinculado ao acesso à justiça	84
5. Conclusão	91
Referências bibliográficas	92

PARTE II

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E GARANTIAS PROCESSUAIS

5

DEVIDO PROCESSO LEGAL: CONTRADITÓRIO E AMPLA DE-FESA: DAS ORIGENS HISTÓRICAS À PESQUISA CIENTÍFICA NA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE E DO CONTRADI-TÓRIO SUBSTANCIAL 99

Mirella Luiza Monteiro Coimbra

1. Introdução	99
2. Origem histórica	100

3. O surgimento da expressão “ <i>due process of law</i> ”	101
4. Devido processo legal no Direito estadunidense	102
5. A constitucionalização do devido processo legal e o contraditório.....	103
6. Devido processo legal CPC/15	104
7. Do contraditório e da ampla defesa	105
8. Devido processo legal e o Processo Civil na pesquisa científica da faculdade de Direito do Recife.....	108
9. O devido processo legal substancial	114
Conclusão.....	117
Referências	117

6

O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – UMA ANÁLISE À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	121
---	------------

Pedro de Paula Lopes Almeida

1. Introdução: previsão constitucional, convencional e legal.....	121
2. A presunção de inocência na Jurisprudência da CTIDH	123
3. Temperamentos ao princípio da presunção de inocência no ordenamento jurídico brasileiro	128
4. Conclusão.....	135
Referências	136

7

A UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM SIMPLES NAS DECISÕES JUDICIAIS	137
---	------------

Caroline Anversa Antonello

1. Introdução.....	137
2. O Direito Processual do Trabalho e o acesso à justiça, como instrumentos de efetivação de direitos	139
3. O pacto nacional do judiciário pela linguagem simples e a facilitação de compreensão das decisões judiciais trabalhistas	142
4. Considerações finais.....	145
Referências	146

8

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM MATÉRIA PROCESSUAL VS COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DE PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DO TEMA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	149
--	------------

Raul Queiroz de Menezes

Ricardo Barros

1. Introdução	149
2. A repartição de competências legislativas na federação brasileira. A competência privativa da União para legislar sobre Direito Processual e a competência concorrente da União e dos estados para legislar sobre procedimentos em matéria processual.....	151
3. O tema na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	154
Conclusão	161
Referências.....	162

PARTE III

EFETIVIDADE PROCESSUAL E DECISÕES JUDICIAIS

9

EFICÁCIA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES PROBATÓRIAS AUTÔNOMAS	165
--	------------

Moacir Ribeiro da Silva Júnior

1. Introdução.....	165
2. Ação probatória e a sua autonomia no CPC/2015	166
3. Ações probatórias preparatórias e não preparatórias.....	168
4. Notas sobre o fundamento da prescrição e sobre a pretensão.....	170
5. Da aptidão/inaptação da ação probatória autônoma para interromper a prescrição	173
Referências	175

10

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: DA ORIGEM LUSA AO PROCESSO COOPERATIVO E PROMOTOR DE SEGURANÇA	177
---	------------

Matheus de Souza Leão Lucena

1. Introdução.....	177
2. O desenvolvimento constitucional e legal dos embargos de declaração	179

3. Sistemática atual dos embargos de declaração	187
4. Problemáticas atuais dos embargos de declaração.....	188
4.1. Amplitude e abstração das hipóteses de cabimento.....	188
4.2. Efeito interruptivo e intuito protelatório	191
4.3. Juízo de admissibilidade que se confunde com o juízo de mérito	194
5. Conclusão.....	195
Referências	196
Jurisprudência Consultada:	198

11

A APLICABILIDADE DAS DECISÕES JUSTAS COMO CRITÉRIO DE AFERIÇÃO DA EFETIVIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	201
--	------------

Thaís Maria Amorim Pinto de Sousa

1. Processo Administrativo Disciplinar	201
2. Alguns Princípios Constitucionais e infraconstitucionais norteadores de uma decisão justa no Processo Administrativo Disciplinar.....	206
3. A aplicação da Justiça da Decisão nos Processos Administrativos Disciplinares	210
Referências bibliográficas	215

PARTE IV

PERSPECTIVAS SOCIAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

12

A APLICAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO DIREITO BRASILEIRO COMO INSTRUMENTO PARA EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL SOB A ÓTICA DO CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA	221
--	------------

Mariana Bezerra Farias Sales

1. Introdução.....	221
2. O contexto histórico e social das desigualdades de gênero no Brasil: o passado se perfaz no presente	222
3. O Acesso à Justiça e a Efetivação dos Direitos das Mulheres	224

4. O Direito à luz da perspectiva de gênero.....	228
5. O constitucionalismo feminista como instrumento para materialização da igualdade e dos direitos atinentes às mulheres	231
6. Considerações finais	232
Referências	234

13

CRITÉRIOS DE JUSTIÇA E IMPARCIALIDADE: DESAFIOS E INFLUÊNCIAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO	237
--	------------

Ana Paula da Silva Azevêdo

Camila Vieira Ribemboim

Gabriela Beatriz Nascimento

1. Introdução.....	238
2. O conceito de decisão justa e o papel da Magistratura na efetivação da justiça	239
3. Entre a lei e a realidade: as influências extrajurídicas na decisão judicial	241
4. Avançando em direção à justiça: a necessidade de superar a discriminação institucional	243
4.1. O perfil demográfico atual do judiciário: quem decide no Brasil?	246
4.2. Raça como marcador nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF): reflexos da discriminação institucional ante o Recurso Extra- ordinário (RE) 635659	251
Conclusão	255
Referências	257

14

EXCESSO DE DECISÕES: O PAPEL DO STF E DO STJ NO SIS- TEMA POLÍTICO-PROCESSUAL BRASILEIRO	261
---	------------

Fabricio Cavalcanti Guedes Alcoforado

1. Introdução	261
2. Problemas do sistema atual.....	262
3. Diagnóstico	265
4. Possíveis soluções.....	268
5. Conclusões.....	270
Referências.....	271

15

JUSTIÇA DAS DECISÕES E OS PROCESSOS DE DIREITOS DE FAMÍLIA..... 273*Raphaela Barbosa Tangioni*

1. Introdução	273
2. A justiça das decisões	274
3. Os processos de Direito de Família	279
4. O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente nas ações de Direito de Família	281
5. Conclusão	285
Referências.....	286

PARTE V**TECNOLOGIA E FUTURO DO DIREITO**

16

JUSTIÇA TECNOLÓGICA E DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS PARA O ACESSO À JUSTIÇA A PARTIR DE UM OLHAR ANTIDISCRIMINATÓRIO 291*Beatriz Souto Orengo*

1. Introdução	291
2. Dificuldades no acesso à justiça e desigualdades dos grupos historicamente marginalizados no sistema de justiça brasileiro.....	294
3. Por um olhar decolonial da tecnologia: (re)pensando a inteligência artificial a partir da tecnodiversidade.....	299
4. Justiça digital, uso de ferramentas de inteligência artificial no judiciário e discriminação algorítmica.....	304
5. Considerações finais.....	308
Referências.....	309

17

O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO: UMA ANÁLISE CRÍTICA..... 313*Maryane Caroline Pedroza de Almeida**Maria Letícia Ribeiro Rattacaso*

1. Introdução	313
2. O impacto da tecnologia nas garantias constitucionais do processo	315

2.1. As tecnologias digitais e o devido processo legal	316
2.2. As tecnologias digitais e o direito à ampla defesa e ao contraditório ...	319
3. As tecnologias digitais como ferramentas para a resolução de conflitos...	322
4. Considerações finais.....	325
Referências.....	327